

Ministro Vannuchi inaugura amanhã (22) memorial em homenagem aos estudantes da PUC / SP mortos durante a ditadura militar

Ele participa de solenidade da inauguração amanhã (22), às 19 horas, na PUC-SP, do memorial em homenagem aos estudantes José Wilson Lessa Sabbag, Maria Augusta Thomaz, Carlos Eduardo Pires Fleury, Cilon da Cunha Brum e Luiz Almeida Araújo, presos e mortos durante o regime militar (1964-85) por lutarem pela democracia no Brasil
21/09/2009

Cinco universitários mortos durante a Ditadura Militar serão homenageados amanhã, 22 de setembro, data em que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) foi invadida pelos órgãos de repressão, em 1977. José Wilson Lessa Sabbag, Maria Augusta Thomaz, Luiz Almeida Araújo, Carlos Eduardo Pires Fleury e Cilon da Cunha Brum – ex-alunos alunos da PUC/SP- ganharão um memorial permanente no hall de entrada do teatro Tuca (rua Monte Alegre, 1.024, Perdizes, São Paulo - SP).

A cerimônia de inauguração acontece às 19 horas e contará com a presença do ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). A iniciativa faz parte do projeto Direito à Memória e à Verdade, da SEDH/PR e, neste caso, conta com a parceria da PUC/SP.

Composto por seis placas de acrílico e base de aço córtex, o painel de 2m80cm largura por 1 metro de altura é de autoria da artista plástica gaúcha Cristina Pozzobon.

O projeto Direito à Memória e à Verdade recupera uma passagem histórica vital para a consciência crítica do povo brasileiro, por meio da realização de exposições fotográficas e seminários, além da instalação de memoriais. Os eventos já ocorreram em 35 cidades brasileiras, Cone Sul, e, recentemente, o continente Europeu, atingindo um público superior a 1,5 milhão de pessoas.

Deliberadamente suprimidas ou camufladas pela história oficial, as chagas produzidas pelos governos militares são ilustres desconhecidas para a maioria da população, em especial os jovens.

No Brasil, a radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está longe de ser concluída, mas sabe-se que pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses da ditadura militar, cerca de 20 mil brasileiros passaram por sessões de tortura e 356 cidadãos morreram ou desapareceram, conforme levantamento da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos da SEDH-PR. Além disso, existem 7.367 acusados e 10.034 atingidos na fase de inquérito em 707 processos judiciais por crime contra a segurança nacional. Isso sem falar nas milhares de prisões políticas não registradas, nas quatro condenações à pena de morte, nos 130 banidos, 4.862 cassados, nas levas de exilados e nas centenas de camponeses assassinados.

Com a publicação do livro Direito à Memória e à Verdade pela SEDH/PR, em dezembro de 2007, foi dado início a esse projeto de resgate histórico, desenvolvidos pela SEDH/PR, em parceria com a Fundação Luterana de Diaconia com o apoio da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice).

Consulte [aqui](#) o livro Direito à Memória e à Verdade

Direito à Memória e à Verdade - Inauguração do Memorial Pessoas Imprescindíveis em homenagem aos estudantes da PUC/SP

Data: 22 de setembro de 2009

Hora: 19 horas

Local: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), rua Monte Alegre, 984, Perdizes, São Paulo, hall de entrada do Tuca

Dados biográficos dos homenageados

• **JOSÉ WILSON LESSA SABBAG (1943-1969)**

Estudante de Direito na PUC de São Paulo, foi morto no dia 03/09/1969, na capital paulista, durante uma controversa perseguição, que envolveu a Polícia Civil, Força Pública, Marinha, DOPS e OBAN. Era integrante de um pequeno grupo de militantes da oposição armada, ligado à Aliança de Libertação Nacional - ALN e havia sido preso no 3º Congresso da UNE, realizado na cidade de Ibiúna, em outubro de 1968. Depois de dois meses de cárcere, sentiu-se inseguro para retornar às aulas e ao emprego no Banco do Estado de São Paulo.

Paulista, nascido em 25/10/1943, era casado e tinha uma filha quando virou alvo dos órgãos de segurança. No dia de sua morte, ele foi localizado na avenida Ipiranga, junto com o companheiro Antenor Meyer. Acossados, ambos buscaram refúgio no apartamento de um amigo que morava próximo. Durante o cerco, um soldado foi morto por uma arma de fogo, enquanto Meyer caiu do quarto andar, sendo preso imediatamente, embora muito ferido. Mas ele sobreviveu e desmentiu a versão oficial de que José Wilson teria reagido à bala. Conforme depoimento prestado por Meyer à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, José estava com hemorragia e prostrado, sendo impossível qualquer resistência violenta.

Tropas de choque e bombas de gás lacrimogêneo foram utilizadas na portentosa operação. O corpo do estudante chegou ao IML apenas no dia seguinte. Estava perfurado de balas, todas desferidas de cima para baixo, com exceção de uma. A lesão provocada por este único projétil causou morte instantânea.

• **MARIA AUGUSTA THOMAZ (1947-1973)**

Estudante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, foi morta em maio de 1973 – junto com um companheiro do Movimento de Libertação Popular (Molipo) – na Fazenda Rio Doce, no sul de Goiás. Em setembro de 1969, passou à clandestinidade, sendo identificada como participante de uma ousada operação, ocorrida no dia 4/11/69, quando militantes desviaram para Cuba um avião da Varig, que fazia a rota Buenos Aires-Santiago. Depois de receber treinamento militar em território cubano, aderiu à dissidência da ALN – conhecida como Grupo dos 28 e, posteriormente, Molipo, no início de 1971.

Nascida no Leme (SP), em 14/11/1947, Maria Augusta foi indiciada por sua participação no 30º Congresso da UNE em Ibiúna (SP), no ano de 1968. Julgada duas vezes à revelia pela Justiça Militar, teve sentenças de 17 e cinco anos de prisão.

Maria Augusta chegou à fazenda Rio Doce – um esconderijo utilizado pelos militantes – junto com Márcio Beck Machado, em 4 de maio. Ambos foram mortos no dia 16, durante uma ação conjunta envolvendo vários órgãos de segurança. Os agentes determinaram ao proprietário que enterrasse os corpos ali mesmo. Embora documentos oficiais, registrassem as mortes de Márcio e Maria Augusta, as autoridades do regime militar jamais informaram aos familiares sobre isso.

Em 1980, foi localizada a sepultura dos dois militantes. No entanto, as ossadas sumiram enquanto eram realizados os trâmites para resgate dos restos mortais. A violação foi denunciada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo e amplamente divulgado pela imprensa. Posteriormente, o ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto, confirmou esta versão, mas os corpos nunca foram encontrados.

• **CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY (1945-1971)**

Estudou Filosofia na USP e Direito na PUC/SP, além de ser um dos principais dirigentes do Molipo. Foi morto no Rio de Janeiro no dia 10/12/1971. Em junho de 1970, esteve entre os 40 presos políticos libertados e enviados à Argélia, em troca do embaixador alemão no Brasil, seqüestrado pela VPR e a ALN.

Nascido na capital paulista, em 05/01/1945, chegou a ser subcomandante do Grupo Tático Armado da ALN. Após ser preso em São Paulo, no dia 30/09/1969, passou por diversos tipos de tortura na OBAN, sendo, depois, transferido para o Presídio Tiradentes. Na ocasião, escreveu uma carta ao seu antigo professor e ministro interino da Justiça, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, denunciando as atrocidades praticadas contra os presos, além de informar que Virgílio Gomes da Silva, dado como desaparecido, tinha sido assassinado a pancadas e choques no pau-de-arara.

No auge do sofrimento, Carlos Eduardo simulou um encontro falso com um militante e tentou suicídio. Aproveitando a distração dos agentes, escapou, entrou em uma loja e apossou-se de uma tesoura que enfiou no peito. Mas a lâmina não atingiu os órgãos vitais. Recuperado, voltou à prisão e à tortura. As circunstâncias de sua morte nunca foram esclarecidas. O laudo da necropsia registra que ele teria sido encontrado morto com um tiro, no interior de um veículo. A nota oficial divulgada pelos órgãos de segurança fala em tiroteio ocorrido na praça Avaí, no Rio de Janeiro. Porém, marcas recentes de

algemas nos pulsos, registradas em fotografias, denunciaram sua condição de preso. Também a direção dos 12 tiros no corpo desmentem a versão oficial.

• **CILON DA CUNHA BRUM (1946-1974)**

Foi estudante de Economia da PUC/SP, presidente do Diretório Acadêmico de sua faculdade e dirigente do Diretório Central dos Estudantes, além de trabalhar em uma agência de publicidade. Antes de desaparecer, em 27/02/1974, combateu na guerrilha do Araguaia, vinculado ao PCdoB. Seu último contato com a família – residente em Porto Alegre/RS – ocorreu em junho de 1970. Durante a visita, confidenciou aos irmãos estar sendo perseguido pela polícia política da ditadura.

Nascido na cidade gaúcha de São Sepé, em 03/02/1946, Cilon residia e estudava em São Paulo quando se tornou ativista político. Em 1971, já militante, foi deslocado para uma localidade junto ao rio Gameleira, no Araguaia. Conhecido como Simão ou Comprido, chegou a ser vice-comandante do destacamento B. Em 1972 encontrava-se em Couro Dantas quando, durante um combate, morreu o cabo Rosa. Conforme mais de uma testemunha, Cilon foi capturado vivo e detido no acampamento do Exército de Xambioá.

O livro Operação Araguaia, de Taís Morais e Eumano Silva, apresenta uma foto de Cilon já preso, agachado junto a um grupo de militares e relata: “Em uma das passagens por Xambioá, o soldado Adolfo da Cruz Rosa conheceu o guerrilheiro Simão, preso pelos militares (...) Colegas estimulavam Adolfo a matar o comunista e vingar a morte do irmão. O soldado dizia que considerava a idéia um absurdo. (...) O tempo passou. Um dia, ao voltar de uma missão, Adolfo percebe a ausência do preso. Alguém diz que foi levado para Brasília. Mentira. Simão, indefeso, foi morto na mata.

O livro Para não esquecer o Araguaia — em memória do gaúcho Cilon, lançado em 2003, conta sua história e, em São Sepé, uma praça o homenageia.

• **LUIZ ALMEIDA ARAÚJO (1943-1971)**

Professor de História, ator e militante da ALN, cursou Ciências Sociais na PUC/SP. No dia 24/06/1971, quando se deslocava pela avenida Angélica, em São Paulo, foi seqüestrado pelos órgãos de repressão da ditadura e desapareceu. Pouco antes, no mesmo carro, havia conduzido o dirigente da ALN – Paulo de Tarso Celestino da Silva – a um encontro com o agente infiltrado conhecido como Cabo Anselmo.

Nascido na cidade de Anadia (AL), em 27/08/1943, mudou-se para a capital paulista em 1957. Começou a trabalhar, aos 14 anos e estudava à noite, participando do Movimento Estudantil. Preso e torturado em 1964, viajou ao Chile após ser libertado. Ao retornar, voltou a ser detido. Em 1966, iniciou o curso de Ciências Sociais na PUC/SP. Um ano depois, amargou mais uma prisão, quando iniciava a ligação com a ala dissidente do PCB, liderada por Carlos Marighella.

Entre 1966 e 1968, ao mesmo tempo em que aprofundava a militância política, engajou-se em atividades artístico-culturais, ligado à Escola de Teatro Leopoldo Fróes. O empréstimo de seu carro para uma ação do grupo Marighella, rendeu-lhe a quarta prisão, em 1968. Libertado, embarcou para Cuba. Mais uma vez no Brasil, em 1970, engajou-se à resistência armada.

Três dias após a sua última prisão, a família foi avisada por um telefonema anônimo. Em seguida, começou a longa busca de sua mãe, Maria José. Vários amigos e parentes passaram pela prisão e por longos interrogatórios. Um dos irmãos contou ter ouvido os gritos de Luiz durante horas na OBAN (DOI-CODI/SP). Outro, foi obrigado a assinar um documento comprometendo-se a entregá-lo, caso o encontrasse. Quando Luiz desapareceu, sua companheira Josephina Vargas Hernandez estava grávida. Morreu sem conhecer a filha, Alina.

- [Disque 100 - Disque Direitos Humanos](#)
- [Contato](#)
- [Ir para a busca](#)
- [Ir para o rodapé](#)

Desenvolvido com o CMS de código aberto [Plone](#)